

À PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
EDITAL DE PREGÃO Nº. 06/2024

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de apoio administrativo e técnico operacional, incluindo uniformes e demais equipamentos necessários para atender as necessidades da Secretaria de Esporte e Lazer.

INSTITUTO DIGNIDADE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, associação privada legalmente inscrita no CNPJ sob o nº 18.273.227/0001-76, com sede na Rua Jose Hemetério Andrade, Nº 950, Andares 5º e 6º, Bairro Buritis, CEP nº 30.493-180, Belo Horizonte – Minas Gerais, vem a eminente presença de Vossa Senhoria, apresentar, tempestivamente

CONTRARRAZÕES AOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

interpostos pela empresa HPS CLEAN MATERIAIS E SERVIÇOS LTDA, o que faz pelas razões que passa a expor.

2.DA BREVE SÍNTESE FÁTICA

Insurge a recorrente em desfavor da habilitação e declaração de vencedora da Associação Privada, ora Recorrida.

Alega a Recorrente, equivocadamente, que a Recorrida é uma Organização de Sociedade Civil sem fins econômicos invocando o Parágrafo Único do Artigo 12, da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 05, DE 25 DE MAIO DE 2017, contudo, sem razão, conforme será adiante demonstrado.

4. DO MÉRITO

4.1. CONCEITO BÁSICO – ASSOCIAÇÃO PRIVADA SEM FINS LUCRATIVOS X OSCIP.

Antes de adentrar no mérito, importante trazer a conhecimento a diferença conceitual entre Associação Privada sem fins Lucrativos e Oscip.

As associações são pessoas jurídicas de direito público ou privado, sem fins lucrativos, que se formam pela união de pessoas que se organizam para fins não econômicos.



São regidas pelo código civil, Lei Nº 10.406, de 2002, pela Constituição Federal e leis correlatas, que lhes garantem o direito à livre associação. Seus associados são pessoas que se reúnem em prol de um objetivo comum, sem interesse de dividir resultados financeiros entre elas.

Toda receita oriunda de suas atividades deve ser aplicada para o cumprimento dos seus objetivos estatutários.

Por sua vez, OSCIP corresponde à qualificação jurídica atribuída a diferentes tipos de entidades privadas. Essas atuam em áreas típicas do setor público são financiadas pelo Estado ou pela iniciativa privada sem fins lucrativos.

Para solicitar a qualificação de OSCIP, é necessário que a entidade realize uma solicitação formal ao Ministério da Justiça, na Coordenação de Outorga e Títulos da Secretaria Nacional de Justiça. No presente caso, a Proponente não possui ou requereu junto ao Ministério da Justiça sua qualificação como OSCIP, portanto, não atua nessa condição.

Pois bem. A Recorrida têm natureza jurídica de ASSOCIAÇÃO PRIVADA, sem fins lucrativos, possuindo CEBAS. O CEBAS, por sua vez, é um certificado expedido pelo **MINISTÉRIO DA CIDADANIA, SECRETARIA ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, que concede incentivos fiscais. Isso não quer dizer que tal certificação lhe concede o título de OSCIP, muito pelo contrário.

Para receber o título de OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) no Brasil, a organização precisa atender a uma série de requisitos e seguir um processo específico junto aos **MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**, que concederá o respectivo título.

O fato da Recorrida ser uma Associação Privada sem fins lucrativos e certificada com o CEBAS, não lhe concede o título de OSCIP, inclusive uma Associação Privada não pode fazer jus ao título e a certificação conjuntamente, senão, vejamos:

Ministério da Justiça e Segurança Pública

O que você procura?

14. Uma Organização Social (OS) pode ser qualificada como OSCIP? [Voltar ao sumário](#)

R.: Não, uma Organização Social (OS) não pode ser uma OSCIP.

15. Uma entidade que possui outra certificação, seja federal, estadual ou municipal (ex: OSCIP, CEBAS, Utilidade Pública) poderá obter a qualificação como OSCIP Federal? [Voltar ao sumário](#)

R.: Não, uma entidade que possui outra certificação (federal, estadual ou municipal) ativa não pode ser uma OSCIP federal.

(<https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/entidades-sociais/oscip-1/perguntas-e-respostas#15>) (Acesso em 01/05/2024 18:57)

Para melhor esclarecimento didático, convida os presente julgados acessarem o sítio oficial do Ministério da Justiça e Segurança Pública acima indicado, que esclarece de forma



31 3295-5655



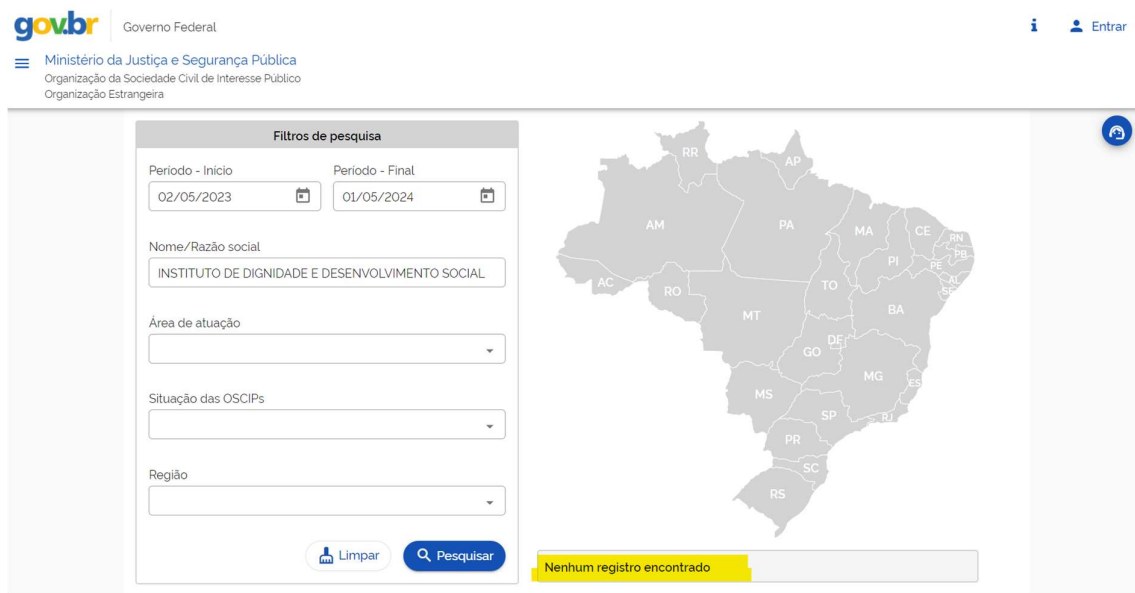
www.institutodds.org
institucional@institutodds.org



Rua José Hemetério de Andrade, 950,
5º e 6º Andar, Burity, CEP: 30493-180 - BH-MG.

objetiva a diferença entre Associação Privada sem fins lucrativos, também conhecida como OS e a OSCIP.

Ainda, para que não restem dúvidas quanto a AUSÊNCIA DE TÍTULO DE OSCIP, convidamos acesso ao sítio oficial do Ministério da Justiça e Segurança Pública que mapeia as Organização da Sociedade Civil de Interesse Público em todo o território nacional, vejamos:



The screenshot shows the 'Filtros de pesquisa' (Search Filters) section of the OSCIP dashboard. It includes fields for 'Período - Início' (02/05/2023) and 'Período - Final' (01/05/2024), a text input for 'Nome/Razão social' (INSTITUTO DE DIGNIDADE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL), and dropdown menus for 'Área de atuação', 'Situação das OSCIPs', and 'Região'. A map of Brazil is visible on the right. At the bottom, a yellow banner states 'Nenhum registro encontrado' (No records found).

(<https://oscip.mj.gov.br/dashboard> - acesso em 01/05/2024 19:04)

Promovida a necessária diferenciação conceitual das naturezas jurídicas das Associações sem fins lucrativos e das OSCIP's, passamos a réplica ao recurso interposto pela empresa HPS CLEAN MATERIAIS E SERVIÇOS LTDA.

II.2 DA IN 05/2017 SEGES/ME

A Recorrente pauta suas razões na Instrução Normativa n. 05/2027, trazendo à baila o seguinte artigo:

Art. 12... (...) Parágrafo Único. Considerando-se que as instituições sem fins lucrativos gozam de benefícios fiscais e previdenciários específicos, condição que reduz seus custos operacionais em relação às pessoas jurídicas ou físicas, legal e regularmente tributadas, não será permitida, em observância ao princípio da isonomia, a participação de instituições sem fins lucrativos em processos licitatórios destinados à contratação de empresário...

... de sociedade empresária ou de consórcio de empresa.



Pois bem. Em 2020 o Tribunal de Contas da União enfrentou situação que suscitava decidir se o parágrafo único do art. 12 da Instrução Normativa nº 5/2017 está em desarmonia com os preceitos constitucionais e legais estabelecidos e com entendimentos jurisprudenciais do próprio Tribunal de Contas da União, em especial os Acórdãos nºs 2.847/2019, 1.406/2017 e 746/2014 – todos do Plenário.

Mantendo o entendimento já consolidado em sua jurisprudência, o Tribunal de Contas da União proferiu o Acórdão nº 2.426/2020 – Plenário, no qual expediu a seguinte determinação:

9.3. determinar à Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia (SEDGGD/ME), com fundamento no art. 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU, c/c o art. 4º, inciso I, da Resolução – TCU 315/2020, **que adote providências para modificar o parágrafo único do art. 12 da IN 5-Seges/MP, de 26/5/2017, e informe ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, os encaminhamentos realizados, visando a:**

9.3.1. restringir a participação em licitações públicas **somente às instituições sem fins lucrativos qualificadas como Oscip, participantes sob esta condição;**

9.3.2. harmonizar o dispositivo com preceitos constitucionais e legais estabelecidos (art. 5º, caput; e art. 3º, caput, da Lei 8.666/1993) e com entendimentos jurisprudenciais do TCU: Acórdãos 746/2014, 1.406/2017 e 2.847/2019, todos do Plenário desta Corte de Contas; e

9.3.3. ampliar a competitividade em certames públicos e, por conseguinte, a seleção de propostas mais vantajosas para a Administração Pública, em que o objeto também possa ser atendido por instituições sem fins lucrativos, tendo em vista que inexistente norma legal que discipline, de forma indistinta, vedação de participação em processos licitatórios a essas entidades;” (Grifamos.)

Em razão da determinação do TCU, a Secretaria de Gestão do Ministério da Economia, expediu orientação aos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional nos seguintes termos:

Orientação sobre contratação de instituição sem fins lucrativos - Acórdão nº 2.426/2020-TCU-Plenário



Publicado em 08/01/2021 10h43 Atualizado em 08/07/2022 16h48

A Secretaria de Gestão **orienta** os órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, quando da realização de processos licitatórios destinados à contratação de empresário, de sociedade empresária ou de consórcio de empresa, **que incluam em seus editais a possibilidade de participação de instituições sem fins lucrativos nos processos licitatórios para a contratação de serviços sob regime de execução indireta, excetuadas** aquelas qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), até que se proceda a alteração da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017.

<https://www.gov.br/compras/pt-br/acao-a-informacao/noticias/orientacao-sobre-contratacao-de-instituicao-sem-fins-lucrativos-acordao-no-2-426-2020-tcu-plenario> (acesso em 06/03/2024 às 14:28)

Orientação sobre contratação de instituição sem fins lucrativos - Acórdão nº 2.426/2020-TCU-Plenário

Publicado em 08/01/2021 10h43 | Atualizado em 08/07/2022 16h48

Compartilhe:     

A Secretaria de Gestão **orienta** os órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, quando da realização de processos licitatórios destinados à contratação de empresário, de sociedade empresária ou de consórcio de empresa, **que incluam em seus editais a possibilidade de participação de instituições sem fins lucrativos nos processos licitatórios para a contratação de serviços sob regime de execução indireta, excetuadas** aquelas qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), até que se proceda a alteração da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017.



Compartilhe:     

E assim, a Lei 14.133/2021 **não vedou a participação de Associação Privada sem fins lucrativos em processos licitatórios, vejamos:**

Art. 14. Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

I - autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

II - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a



voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

III - pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

IV - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

V - empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

VI - pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

Há de se ressaltar que a IN 05/2007 e o TCU vedam a participação de **OSCIP** em processos licitatórios, O QUE NÃO É O CASO ENFRENTADO, TAL COMO EXPOSTO NO TÓPICO ANTERIOR e devidamente comprovado por intermédio do Cartão de CNPJ, vejamos:

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA		
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 18.273.227/0001-76 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 17/09/1986
NOME EMPRESARIAL INSTITUTO DE DIGNIDADE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) IDDS		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 88.00-6-00 - Serviços de assistência social sem alojamento		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 49.23-0-02 - Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista 71.12-0-00 - Serviços de engenharia 74.90-1-99 - Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente 78.10-8-00 - Seleção e agenciamento de mão-de-obra 78.20-5-00 - Locação de mão-de-obra temporária 78.30-2-00 - Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros 81.11-7-00 - Serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais 81.21-4-00 - Limpeza em prédios e em domicílios 81.29-0-00 - Atividades de limpeza não especificadas anteriormente 82.11-3-00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo 85.50-3-02 - Atividades de apoio à educação, exceto caixas escolares 85.99-6-99 - Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente 86.50-0-02 - Atividades de profissionais da nutrição		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada		



Por todo o exposto, não socorre razão a alegação da Recorrente, posto que, primeiramente, a Recorrida não é uma OSCIP e secundariamente porque a base legal apresentada por esta encontra-se ultrapassada, não refletindo a atual conjuntura jurisprudencial e legislativa.

4.2 DA ALEGADA DESPROPORÇÃO ENTRE O VALOR APRESENTADO

A Recorrente alega “que a desproporção entre o valor apresentado pelo INSTITUTO DE DIGNIDADE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL e os valores propostos pelas demais licitantes é notável. Tal desproporção evidencia que o valor arrematado pela recorrida destoa substancialmente daqueles apresentados pelas demais concorrentes. Isso suscita uma preocupação legítima sobre a capacidade real da recorrida em cumprir as obrigações contratuais de forma satisfatória, o que pode afetar a lisura e eficácia do procedimento licitatório.”

Ocorre que, em simples análise a ordem classificatória do certame, denota-se, mais uma vez, a incongruência de informações prestadas pelo Recorrente.

Isso porque, conforme faz prova o quadro comparativo abaixo e as propostas apresentadas a diferença entre os preços ofertados pela Recorrida e pela Recorrente, compreendem valores ínfimos, não demonstrando qualquer desproporção entre as propostas:

			DIFERENÇA DE PREÇOS/MÊS
1	IDDS	R\$ 1.556.834,40	R\$ 8.915,10
	HPS	R\$ 1.663.815,60	
2	IDDS	R\$ 1.356.467,76	R\$ 2.940,08
	HPS	R\$ 1.391.748,72	
3	IDDS	R\$ 990.045,84	R\$ 517,82
	HPS	R\$ 990.563,66	
4	IDDS	R\$ 1.135.275,12	R\$ 3.595,64
	HPS	R\$ 1.181.381,28	

Portanto, não socorre razão os apontamentos promovidos pela Recorrente, posto que, as diferenças de propostas refletem a normalidade do mercado. Ademais, restou devidamente comprovado pela Recorrida sua capacidade de prestar os serviços conforme proposta e planilhas de composição de custos devidamente apresentadas.



Por todo o exposto, não merece provimento o Recurso interposto.

4.2 DOS PROCESSOS LICITATÓRIOS PARTICIPADOS, VENCIDOS E CONTRATADOS - DO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E JULGAMENTO OBJETIVO.

Apenas para garantir mais segurança aos julgadores do presente processo licitatório, conforme será adiante comprovado, a proponente participa de diversos processos licitatórios, sagrando vencedora, já que, atende os ditames legais atuais e regras editalícias.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ (UTFPR)

O procedimento licitatório PREGÃO 90001/2024 instaurado pela UTFPR contou com recurso, sendo este julgado improcedente pelas mesmas razões e fundamentos ora expostos:

UASG 153019

PREGÃO 90001/2024

Item 1 - Secretária

Contratação de empresa (pessoa jurídica) especializada para prestação de serviços comum terceirizados e continuados para a função de Secretária Técnica, com local de atuação sendo para a Reitoria CNPJ: 75.101.873/0001-90 e Campus Curitiba CNPJ: 75.101.873/0008-66 da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), em Curitiba

Quantidade:	12	Valor estimado:	R\$ 190.254,9000
Unidade de fornecimento:	UNIDADE	Situação:	Adjudicado e Homologado

Adjudicado e Homologado por CPF ***.835.***.5 - TATIANE HLATCHUK STOLF para INSTITUTO DE DIGNIDADE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CNPJ 18.273.227/0001-76, melhor lance: R\$ 159.100,0000

Propostas do Item 1

(D) Declarante McEpp/Equiparada (Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006)



▼ Recursos e contrarrazões de outros fornecedores

▲ Decisão do pregoeiro

Nome NOME	Decisão tomada não procede	Data decisão 19/03/2024 16:47
<p>Fundamentação</p> <p>DECISÃO RECURSO Trata-se de Recurso Administrativo, interposto por TOTALCOB SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 10.398.338/0001-05, doravante denominada RECORRENTE, em face da habilitação do INSTITUTO DIGNIDADE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, associação privada, inscrita no CNPJ nº 18.273.227/0001-76, doravante denominada RECORRIDA, no âmbito do Pregão Eletrônico nº 01/2024 da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, UASG 153019, cujo objeto é a contratação de empresa (pessoa jurídica especializada para prestação de serviços comuns terceirizados e continuados para a função de Secretária Técnica, conforme condições e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos I – DA TEMPESTIVIDADE Conforme item 11.1 do Edital: “A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, a habilitação ou habilitação de licitantes, a anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021” o prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata. Cabe registrar que o pedido foi feito no dia 12/03/2024, portanto, tempestivamente, motivo pelo qual passa-se a análise do pleito. II – DOS FUNDAMENTOS DO RECURSO Em apertada síntese, a RECORRENTE alega que a licitação declarou vencedora uma entidade privada sem fins lucrativos (INSTITUTO DIGNIDADE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL) em uma disputa com empresas com fins lucrativos para serviços comuns terceirizados, o que fere frontalmente a competitividade e a legislação. Entidades sem fins lucrativos foram criadas para promover atividades essenciais de interesse público, como saúde, educação e assistência social, e não para executar serviços comuns; A Lei Complementar 187/2021 estabelece que as entidades beneficentes só podem gozar de imunidade tributária se atuarem efetivamente nas áreas de saúde, educação e assistência social, não abrangendo atividades econômicas como serviços terceirizados. A isenção tributária para entidades sem fins lucrativos visa beneficiar o interesse público difuso, e não gerar vantagem para o ente público contratante em detrimento de empresas com fins lucrativos que pagam tributos normalmente. A Instrução Normativa 5/2017 do Ministério do Planejamento veda expressamente a participação conjunta de entidades sem fins lucrativos com empresas com fins lucrativos em licitações para contratação de serviços comuns, por conta da vantagem tributária daquelas. Jurisprudência do TCU exige nexo específico entre os objetivos estatutários da entidade sem fins lucrativos e o objeto licitado, não bastando objetivos genéricos que permitam atuar em qualquer área de terceirização. A recorrida (entidade sem fins lucrativos) alterou formalmente seu estatuto para criar uma aparência de licitude em contratos de locação de mão-de-obra, o que configura manobra indevida. Em suma, o recurso sustenta que a habilitação da entidade sem fins lucrativos fere a competitividade, a isonomia e as normas que regem a atuação dessas entidades, requerendo sua inabilitação no certame. III – DAS CONTRARRAZÕES Em resumo, a RECORRIDA argumenta que: A imunidade tributária concedida à Associação abrange todas as suas atividades, conforme disposto no art. 4º da Lei Complementar 187/2021, não havendo limitação legal para as atividades de terceirização licitadas. A participação de Associações Privadas sem fins lucrativos em licitações é permitida, conforme jurisprudência do TCU (Acórdão 2.426/2020) e orientação do Ministério da Economia, não se limitando apenas a chamamentos públicos regidos pela Lei 13.019/2014. A imunidade tributária gozada pela Associação não gerou vantagem indevida na licitação, visto que os valores propostos pelas empresas participantes foram similares. As alegações da empresa recorrente se baseiam em normas e entendimentos revogados ou superados pelas alterações legislativas mais recentes; O recurso administrativo interposto extrapola os limites da licitação, buscando questionar a regularidade da Associação e sua imunidade tributária perante órgãos como Receita Federal e Ministério Público, o que foge da competência da Comissão Julgadora. Sucintamente, as contrarrazões defendem a manutenção da Associação como vencedora por estar amparada na legislação vigente e jurisprudência atualizada sobre o tema. IV – DA ANÁLISE Uma novidade da Lei 14.133/2021, nova Lei de Licitações, foi não incluir a possibilidade prevista no inciso XXIV do art. 24 da Lei 8.666/1993, que permitia a contratação direta, por dispensa de licitação, de organizações sociais qualificadas para atividades do contrato de gestão. Este dispositivo da Lei 8.666 levou o TCU, no Acórdão 1.406/2017, a entender que organizações sociais podem participar de licitações, ao contrário das OSCIPs, para as quais haveria vedação implícita por incompatibilidade com os objetivos da Lei 8.666. Para o TCU, o contrato de gestão estabelece o vínculo com as organizações sociais, habilitando-as a celebrar contratos administrativos previstos nele, conforme o art. 24, XXIV da Lei 8.666. Porém, a nova Lei de Licitações não reproduziu esse dispositivo. O TCU ratificou, nos Acórdãos 746/2014 e 1.175/2019, a vedação para OSCIPs participarem de licitações, pois desvirtuaria seu objetivo de cooperação com o poder público via termo de parceria para prestar serviços públicos, não atividades-meio. Já sobre associações civis sem fins lucrativos em geral, o Acórdão 2.847/2019 do TCU permitiu sua participação em licitações quando o objeto estiver alinhado com seus objetivos estatutários, não devendo interpretar restritivamente o Código Civil. Recentemente, no Acórdão 2.426/2020, o TCU reforçou que a vedação à participação em licitações atinge apenas OSCIPs, discordando da IN 5/2017 que vedava genericamente instituições sem fins lucrativos. Como a nova Lei de Licitações não estabeleceu vedação expressa e não reproduziu o dispositivo que permitia a contratação direta de organizações sociais, conclui-se que a vedação restringe-se às OSCIPs e organizações sociais nessa condição específica. V – CONCLUSÃO Após análise dos argumentos da RECORRENTE, das contrarrazões anteriormente aduzidas e pautando-se na legislação e jurisprudência dos órgãos de controle, nega-se provimento ao pedido de Recurso. Isto posto, submete-se a decisão à consideração da autoridade competente.</p>		

▲ Revisão da autoridade competente

Nome NOME	Decisão tomada mantida decisão não procede	Data decisão 19/03/2024 20:52
<p>Fundamentação</p> <p>De acordo com a decisão do pregoeiro.</p>		

Ampliado:

IV – DA ANÁLISE Uma novidade da Lei 14.133/2021, nova Lei de Licitações, foi não incluir a possibilidade prevista no inciso XXIV do art. 24 da Lei 8.666/1993, que permitia a contratação direta, por dispensa de licitação, de organizações sociais qualificadas para atividades do contrato de gestão. Este dispositivo da Lei 8.666 levou o TCU, no Acórdão 1.406/2017, a entender que organizações sociais podem participar de licitações, ao contrário das OSCIPs, para as quais haveria vedação implícita por incompatibilidade com os objetivos da Lei 8.666. Para o TCU, o contrato de gestão estabelece o vínculo com as organizações sociais, habilitando-as a celebrar contratos administrativos previstos nele, conforme o art. 24, XXIV da Lei 8.666. Porém, a nova Lei de Licitações não reproduziu esse dispositivo. O TCU ratificou, nos Acórdãos 746/2014 e 1.175/2019, a vedação para OSCIPs participarem de licitações, pois desvirtuaria seu objetivo de cooperação com o poder público via termo de parceria para prestar serviços públicos, não atividades-meio. Já sobre associações civis sem fins lucrativos em geral, o Acórdão 2.847/2019 do TCU permitiu sua participação em licitações quando o objeto estiver alinhado



com seus objetivos estatutários, não devendo interpretar restritivamente o Código Civil. Recentemente, no Acórdão 2.426/2020, o TCU reforçou que a vedação à participação em licitações atinge apenas OSCIPs, discordando da IN 5/2017 que vedava genericamente instituições sem fins lucrativos. Como a nova Lei de Licitações não estabeleceu vedação expressa e não reproduziu o dispositivo que permitia a contratação direta de organizações sociais, conclui-se que a vedação restringe-se às OSCIPs e organizações sociais nessa condição específica. V – CONCLUSÃO Após análise dos argumentos da RECORRENTE, das contrarrazões anteriormente aduzidas e pautando-se na legislação e jurisprudência dos órgãos de controle, nega-se provimento ao pedido de Recurso. Isto posto, submete-se a decisão à consideração da autoridade competente.

Notem que as alegações da Recorrente se equiparam as alegações promovidas em outros processos licitatórios, que, por sua vez, foram julgados improcedentes.

No mesmo sentido, o caso ora debatido foi enfrentando pelo TJRJ no Processo Licitatório nº 012/2024, que, mais uma vez, entendeu pela legalidade de participação da Recorrente no certame, a declarando vencedora e negando provimento ao Recurso Administrativo interposto, vejamos:

Decisão do pregoeiro

Nome NOME	Decisão tomada não procede	Data decisão 11/04/2024 09:34
<p>Fundamentação</p> <p>Tratam os presentes autos de processo licitatório realizado por meio de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, Licitação nº12/2024, no qual foi declarada vencedora e habilitada a sociedade empresária: INSTITUTO DE DIGNIDADE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - IDOS - CNPJ 18.273.227/0001-79, por ter oferecido a proposta mais vantajosa para a contratação pretendida, cujo objeto é: Prestação de serviços de apoio administrativo, na forma de execução indireta, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, para atender as demandas por cálculos judiciais do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, conforme especificado no Termo de Referência (Anexo II). Após a fase de lances, verificação de conformidade, negociação, declaração de vencedor e habilitação o valor final da proposta foi fixado em: Lote 1: R\$ 10.395.338,40 (dezesseis milhões, trezentos e noventa e cinco mil trezentos e trinta e oito reais e quarenta centavos). Aberta a fase recursal, a sociedade empresária MULTIPLY SERVIÇOS E MANUTENÇÃO LTDA, CNPJ 04.312.370/0001-19 - mencionadas neste relatório como RECORRENTE, manifestou a intenção de recorrer contra a decisão do Pregoeiro que em sede de julgamento e habilitação declarou vencedora e habilitada a sociedade empresária INSTITUTO DE DIGNIDADE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - IDOS, indicada como RECORRIDA. Dentro do prazo estabelecido a RECORRENTE, apresentou suas razões que estão inseridas no Index 7676043. Afirma em apertada síntese: Que há uma concorrência desigual por parte da RECORRIDA, uma vez que o tratamento tributário não incidência do PIS e COFINS; que goza perante as outras concorrentes a coloca em posição de vantagem desproporcional e que tal situação a prejudicar irá causar grave dano às sociedades empresárias que visam o lucro em suas atividades fins. Cita normas e decisões que seriam a base jurídica de seu inconformismo: 53º do art. 12, da Lei 9.532 de 1997; artigo 7.374 da Lei nº 12.187 de 29 de 2009; Decisão nº 3.555/2009 do TCU, Art. 3º da Lei 9790/1999; Acórdão 748/2014-Plenário TCU, Art. 62 Código Civil de 2002 (Lei 10.406/2002); Art. 173, § 2º da Constituição; Solução de consulta 253 de 2005 RFB; Solução de consulta nº 75 de 30 de março de 2011 da RFB, Art. 23, da Instrução Normativa RFB nº 2121, de 15 de dezembro de 2022; Solução de Consulta nº 24 de 07/04/2010 da RFB, § 2º, do artigo 14 da Lei nº 3.172 de 1956 (ICTN); tudo isso evidenciaria que a RECORRIDA está extrapolando os benefícios que lhes são garantido pelo sistema vigente, existindo então uma verdadeira "manobra jurídico tributária". Assevera também que a proposta apresentada é inexequível, por não prever o recolhimento do IRPJ e do CSLL assim como as alíquotas de 1,65% referente ao PIS e 7,6% sobre a COFINS. Arremata enfatizando que há desvio de finalidade no que se refere à presença de diretor que é e sujeito passivo de falência da empresa HWC EMPREENDIMENTOS LTDA, e que existe uma "dissimulação" em curso, uma "manobra" como declara. Ainda afirma que o fato de existir o apontamento no SICAF teria o condão de trazer a tona o impedimento de imediato. Requer ao final a reconsideração da decisão deste Pregoeiro e que seja reformada a decisão que declarou como vencedora a RECORRIDA com o consequente prosseguimento do certame. Dentro do prazo estabelecido a RECORRIDA, apresentou suas contrarrazões que estão inseridas no Index 7676087. Afirma em apertada síntese: Que as alegações da RECORRENTE se encontram presas ao tempo pretérito, mas atualmente, desde o ano de 2020 houve um novo posicionamento do TCU decidindo que o parágrafo único do art. 12 da Instrução Normativa nº 5/2017 estaria em desarmonia com outras normas e decisões do próprio TCU que entendia ser possível a participação de entidade O.S. (Entidades sem fins lucrativos) em licitações públicas com exceção das OSCIP. A não incidência do PIS /PASEP estaria demonstrada no artigo 8º da IN 2121/2022 da RFB, além de citar também a Lei Complementar 187/2021 que trata da certificação das entidades beneficiantes e que declara que apenas associações contempladas com o CEBAS teriam o direito as imunidades tributárias e que ela, RECORRENTE, possui o dito certificado válido até 31/12/2026, imunidade esta que abrangeria todas as suas atividades. Descreve que existe Lei que concede o benefício fiscal e que tal fato não pode ser entendido como quebra de isonomia, já que a Lei na realidade procura colocar na prática a verdadeira isonomia. É que a própria classificação demonstraria que de fato não houve qualquer vantagem pois a RECORRIDA ficaria em 6º lugar na disputa. Em relação a COFINS diz que após o discordo não restariam dúvidas quanto a imunidade sobre este tributo, mas para comprovação traz anexo as contrarrazões, os comprovantes de DCTF demonstrando a ausência de incidência de IRPJ, PIS/PASEP, COFINS e outros. Quanto ao argumento de que existe um sócio falido ou representante de massa falida compondo a direção da RECORRIDA, aduz que inexistente relação jurídica causal entre um fato e outro, tratam-se de pessoas jurídicas distintas atuando em setores econômicos distintos, alega ainda que possíveis efeitos patrimoniais não alcançariam os bens da RECORRIDA. Parecer do DECAN-ASANC inserido no Index 7761841. É O RELATÓRIO No que concerne as considerações tecidas pela RECORRENTE, entendo que seus argumentos não merecem prosperar, pois que a RECORRENTE apresentou argumentos que se prendem a uma época em que realmente não era permitida a participação de entidades sem fins lucrativos em licitações públicas, mas como bem pontuou a RECORRIDA, tal assertiva experimentou um novo olhar a partir do posicionamento mais recente do TCU que passou a admitir a presença dessas entidades em licitações, não havendo que se falar em disputa não isonômica, pois que, a diferenciação tributária foi posta pela Lei que buscou a verdadeira equivalência para as entidades em questão, tão somente se deve observar se essas organizações guardam em seus objetivos sociais atribuições que lhes permitam participar dos certames (adequação dos objetivos sociais) e não serem qualificadas como OSCIP, e nos dois casos a RECORRIDA atendeu aos quesitos - Index 7536790, assim não há motivos, ao olhar deste Pregoeiro para desclassificar a proposta apresentada pela RECORRIDA. Quanto as questões referentes as alíquotas de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, me falo ao entendimento apontado pelo parecer ASANC inserido no Index 7761841 que entende por não prosperar as alegações da RECORRENTE. Quanto ao fato que descreve a participação de diretor em sociedade falida, não há como trazer para a análise dos documentos ou capacidade da RECORRIDA fato que se deu envolvendo 3ª pessoa (MASSA FALIDA), de se observar que foi feita diligência por este Pregoeiro para que a RECORRIDA justificasse o apontamento existente no SICAF - Index 757333 (trata-se de possível impedimento de ordem indireta) que serve como um alerta para os julgadores que então devem propor as diligências necessárias. Feita esta, entendo que houve plena justificativa, corroborando tal afirmativa o TCU em sua certidão consolidada aponta a RECORRIDA como idônea para a contratação - Index 7556255. Por fim destaco que a RECORRENTE declarou junto ao sistema Compras.Gov. ciência e sujeição aos comandos do edital e que não houve por parte da RECORRENTE pedido de esclarecimento e/ou impugnação ao edital no que se refere a norma inserida no item 4.7.1 (contrário senso) - Index 7523906. Contudo se observa questionamento neste sentido, cuja resposta foi pela participação de entidades sem fins lucrativos - Index 7508326. Neste ponto é patente que o momento próprio para colocar perante a Administração a contrariedade em relação a norma atacadida seria no prazo de apresentação de esclarecimentos e/ou impugnação, contudo não foram apresentadas nenhuma insatisfação por parte da RECORRENTE, ao participar do prego, sabendo que poderia haver a participação de empresas com a qualidade de O.S. (Entidades sem fins lucrativos), já que permitido pelo ato convocatório. Portanto, em respeito aos princípios da legalidade, julgamento objetivo e vinculação ao instrumento convocatório, está prejudicada a solicitação contida nas razões apresentadas pela RECORRENTE e este Pregoeiro entende por manter sua decisão que declarou a RECORRIDA - INSTITUTO DE DIGNIDADE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - IDOS como vencedora e habilitada em sede de julgamento e habilitação no sistema Compras.Gov - Item 01. Face ao acima exposto, submeto o presente processo a elevada consideração de V.S.ª, que melhor decidirá. OJULI, data da assinatura eletrônica. CESAR AZEVEDO DA SILVA Pregoeiro</p>		



Ampliado:

Fundamentação

Tratam os presentes autos de processo licitatório realizado por meio de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, Licitação nº12/2024, no qual foi declarada vencedora e habilitada a sociedade empresária: INSTITUTO DE DIGNIDADE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - IDDS - CNPJ 18.273.227/0001-79, por ter oferecido a proposta mais vantajosa para a contratação pretendida, cujo objeto é: Prestação de serviços de apoio administrativo, na forma de execução indireta, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, para atender as demandas por cálculos judiciais do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, conforme especificado no Termo de Referência (Anexo I).

(...)

No que concerne às considerações tecidas pela RECORRENTE, entendo que seus argumentos não merecem prosperar, pois que, a RECORRENTE apresentou argumentos **que se prendem a uma época em que realmente não era permitida a participação de entidades sem fins lucrativos em licitações públicas, mas como bem pontuou a RECORRIDA, tal assertiva experimentou um novo olhar a partir do posicionamento mais recente do TCU que passou a admitir a presença dessas entidades em licitações, não havendo que se falar em disputa não isonômica, pois que, a diferenciação tributária foi posta pela Lei que buscou a verdadeira equivalência para as entidades em questão, tão somente se deve observar se ditas organizações guardam em seus objetivos sociais atribuições que lhes permitam participar dos certames (adequação dos objetivos sociais) e não serem qualificadas como OSCIP, e nos dois casos a RECORRIDA atendeu aos quesitos - index 7636790**, assim não há motivos, ao olhar deste Pregoeiro para desclassificar a proposta apresentada pela RECORRIDA. Quanto as questões referentes as alíquotas de PIS, COFINS, IRPF e CSLL, me filio ao entendimento apontado pelo parecer ASANC inserido no index 7761841 que entende por não prosperar as alegações da RECORRENTE. Quanto ao fato que descreve a participação de diretor em sociedade falida, não há como trazer para a análise dos documentos ou capacidade da RECORRIDA fato que se deu envolvendo 3ª pessoa (MASSA FALIDA), de se observar que foi feita diligência por este Pregoeiro para que a RECORRIDA justificasse o apontamento existente no SICAF - index 7557333 (trata-se de possível



impedimento de ordem indireta) que serve como um alerta para os julgadores que então devem propor as diligências necessárias. Feita esta, entendo que houve plena justificativa, corroborando tal afirmativa o TCU em sua certidão consolidada aponta a RECORRIDA como idônea para a contratação - index 7556255. Por fim destaco que a RECORRENTE declarou junto ao sistema Compras.Gov. ciência e sujeição aos comandos do edital e que não houve por parte da RECORRENTE pedido de esclarecimento e/ou impugnação ao edital no que se refere a norma inserta no item 4.7.i (contrário senso) - index 7523906. Contudo se observa questionamento neste sentido, cuja resposta foi pela participação de entidades sem fins lucrativos - index 7508526. **Neste ponto é patente que o momento próprio para colocar perante a Administração a contrariedade em relação a norma atacada seria no prazo de apresentação de esclarecimentos e/ou impugnação, contudo não foram apresentadas nenhuma insatisfação por parte da RECORRENTE, ao participar do pregão, sabendo que poderia haver a participação de empresas com a qualidade de O.S. (Entidades sem fins lucrativos), já que permitido pelo ato convocatório. Portanto, em respeito aos princípios da legalidade, julgamento objetivo e vinculação ao instrumento convocatório, está prejudicada as solicitação contida nas razões apresentadas pela RECORRENTE e este Pregoeiro entende por manter sua decisão que declarou a RECORRIDA - INSTITUTO DE DIGNIDADE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - IDDS como vencedora e habilitada em sede de julgamento e habilitação no sistema Compras.Gov - item 01.** Face ao acima exposto, submeto o presente processo à elevada consideração de V.S.^a, que melhor decidirá. OJULI, data da assinatura eletrônica. CÉSAR AZEVEDO DA SILVA Pregoeiro

Derradeiramente, cumpre destacar que além dos casos acima pontuados, a Recorrente é contratada, POR INTERMÉDIO DE PROCESSO LICITATÓRIO, pelo Município de Clevelândia/PR, CISAMUSEP/PR, IVAIPORÃ/PR, etc.

5. DA CONCLUSÃO

Em face do exposto requer seja as Contrarrazões recebida, sendo o RECURSO ADMINISTRATIVO julgado IMPROCEDENTE, mantendo incólume a declaração de vencedora do INSTITUTO DIGNIDADE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL no Pregão Eletrônico nº 90006/2024, já que, **conforme exposto, os argumentos promovidos e bases legais apresentadas pela Recorrente encontram-se ultrapassadas, sendo totalmente**



modificados e revogados, servindo o presente Recurso Administrativo tão somente, para tumultuar o andamento do normal do processo licitatório.

Nestes termos, pede deferimento.

De Belo Horizonte – MG, 08 de maio de 2024.

Jackeline G. D. Teixeira
Advogada – OAB/MG 134.819
Procuradora
Instituto de Dignidade e Desenvolvimento Social



31 3295-5655



www.institutodds.org
institucional@institutodds.org



Rua José Hemetério de Andrade, 950,
5º e 6º Andar, Buritys, CEP: 30493-180 - BH-MG.

13